

GEOGRAFIA DEMOCRÁTICA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL*

Giuseppe DEMATTEIS

Apresentação

Estamos muito acostumados, no Brasil, em virtude da importância da geografia produzida na França e de um processo histórico de interações entre geógrafos brasileiros e franceses, a ter nossas principais referências daquela geografia. De fato, alguns pesquisadores franceses têm se destacado, tanto na re-elaboração da ciência geográfica, durante os anos 1950-70, como no momento atual. O prof. Giuseppe Dematteis, nesta entrevista, demonstra isto claramente. No entanto, há necessidade de se conhecer outros **caminhos** construídos neste processo que é relacional, ou seja, envolve diferentes sujeitos, em distintos lugares de vida e produção geográfica, como a Itália e outros países.

Giuseppe Dematteis é um dos geógrafos italianos, entre outros, que têm produzido uma geografia coerente com aspectos do **real**, desde os anos 1960. Tem inovado com responsabilidade, compromisso social e coerência teórico-metodológica. Talvez seja por isto, sucintamente, que é um dos expoentes no cenário internacional, sobretudo, na Europa, no que se refere aos estudos de geografia urbana e econômica centrados na construção territorial.

Neste texto, através da entrevista, procurei conduzir a elaboração das idéias tentando apreender aspectos de sua vida como estudante e como professor; seu envolvimento político em movimentos sociais; questões sobre a re-elaboração da geografia no pós-1950-60; a atuação do geógrafo, atualmente, na Itália e, por fim,

* Entrevista realizada e traduzida por Marcos Aurelio Saquet, com o prof. Dr. Giuseppe Dematteis, do Politécnico e Università degli Studi di Torino (ministra a disciplina de Geografia Urbana e Regional), nos meses de maio e junho de 2006, por ocasião do estágio de pós-doutorado realizado nesta Universidade, com financiamento da CAPES.

sua compreensão, mesmo que sumária, dos conceitos de território e territorialidade. É o que o texto demonstra.

Marcos Aurelio Saquet) Como você iniciou sua formação e atuação acadêmica, como estudante e como professor, em geografia?

Giuseppe Dematteis) Durante a II Guerra Mundial, entre 1942 e 1945, para fugir dos bombardeios, a minha família se transferiu de Torino, para uma casa de campo, que foi de meu avô, onde existiam alguns livros de viagens e explorações do final do século XIX. Eu tinha de 9 para 10 anos e esta foi a primeira geografia que me apaixonou, porque excitava a minha fantasia. Passava muito tempo às margens do rio Po, às quais eu pensava que eram lugares selvagens, enquanto me imaginava um Bottego, Speake e Grant.

Mais tarde, com o fim da Guerra, entre os mesmos livros, encontrei indicações de algumas grutas nos Alpes, que poderia conhecer usando a bicicleta. Nestas grutas e em outras ainda não bem conhecidas, fiz as minhas explorações, provando a emoção de chegar onde ninguém conhecia. Neste período eu já frequentava a escola e tinha condições de ler e apreciar um livro antigo, mas fascinante, como o **Géographie physique** de E. de Martonne. Assim perdi a inocência ingênua de explorador e adquiri o gosto pelas conexões e pela descoberta das ordens espaciais, isto é, do exercício que combina intuição criativa e **esprit de géométrie**.

Fui entender alguns anos depois que esta era a essência do fazer geografia, frequentando, na Universidade de Turim, as aulas de Dino Gribaudi que, no início das lições, ilustrava com estes elementos o método geográfico e depois o aplicava aos temas monográficos tratados nas aulas sucessivas. Entendi que aquela era minha vocação e, por isto, Gribaudi se tornou a minha referência. Não que não existissem outros na Faculdade de Ciência Política, alguns famosos, como Bobbio, Firpo, Passerin d'Entrèves, Quazza, Lombardini, aos quais, certamente, devo muito. Porém, fazendo geografia, eu tentava compreender os outros conteúdos nos termos da geografia. Desse modo, do curso de Firpo, sobre a utopia no renascimento, fiz uma

abordagem de geografia dos lugares imaginários de Morus, Campanella e Bacon; o curso de Quazza sobre a reforma do século XVIII, no Piemonte, ofereceu-me instrumentos para a interpretação histórica de grandes formações da **pianura** padana, objeto do trabalho final de graduação, que escrevi com a orientação do professor Gribaudi. As aulas de política econômica de Lombardini, orientaram o meu sucessivo interesse pela geografia teórico-quantitativa.

No entanto, eu não teria entendido tudo isto sem as orientações do meu principal professor, Gribaudi. De fato, este tinha equipado nossa biblioteca com os primeiros textos da "revolução quantitativa", publicados nos EUA, na Inglaterra e na Suécia, entre os anos 1950-60. Em particular, me apaixonei pela reelaboração da teoria das localidades centrais elaborada por B. Berry e outros geógrafos norte-americanos. Aplicando estes modelos à estrutura funcional do espaço urbano de Turim, esforcei-me para demonstrar ao meu **Mestre** (do qual fui auxiliar em 1963) que, esta abstração, poderia auxiliar na análise empírica. No entanto, estes meus primeiros trabalhos não o convenceram totalmente. Ele compreendia a realidade geográfica de maneira um pouco diferente que, na verdade, antecipava amplamente a abordagem fenomenológica da geografia humanística.

Ao mesmo tempo, considerou importante o meu projeto para estudar em Londres e Paris, nos anos 1967-68, com uma bolsa de estudos do CNR (Consiglio Nazionale delle Ricerche). Neste período, dediquei-me, em grande parte, a aprofundar o conhecimento sobre a geografia teórico-quantitativa e o método funcionalista praticado por P. Claval, sob orientação da geografia anglosaxônica e da Regional Science. As reflexões e experiências amadurecidas nestes anos e a leitura do livro de D. Harvey, **Explanation in Geography** (1969), convenceram-me da inconsistência do argumento teórico daquela que foi proclamada muito enfaticamente como a "nova geografia" e que não era mais que uma parcela da geografia de sempre, apenas conduzida com métodos mais rigorosos (e em muitos casos inutilmente rigorosos).

Eu acredito que aqueles métodos que utilizei ao estudar, empiricamente, com alguns colegas, as cidades dos Alpes, são úteis ainda hoje, quando utilizados corretamente e criticamente. Uma de suas

vantagens é que permitem o diálogo entre geógrafos e profissionais de outras ciências que usam de modelos quantitativos, como da economia e da ecologia. Outras vantagens derivam do uso crítico das abstrações teóricas. Os modelos clássicos, por exemplo, como aqueles do valor e uso do solo urbano e das localidades centrais são importantes para evidenciar elementos sistemáticos de diversas realidades empíricas e para falsificar as premissas sobre as quais estes se baseiam, como ocorre com a problemática que tende a situações de equilíbrio.

Enfim, a partir disto, também é possível se sugerir modelos alternativos. Eu experimentei algo do gênero no início dos anos 1980, quando, com C. Emanuel, verifiquei que, entre os centros da **pianura padana**, eram significativos os casos não hierárquicos, no setor de serviços, não obedecendo ao modelo de Christaller. Estas verificações empíricas, juntamente com as interpretações teóricas de A. Pred e de M. Castells me sugeriram interpretar as novas realidades emergentes através de redes interconexas, como forma de referimento alternativo àquele hierárquico-areal dos modelos christallianos.

Com outro colega, P. Petsimeris, hoje professor em Paris, interpretei de maneira reticular o fenômeno da contra-urbanização em termos de uma nova divisão territorial do trabalho. Também, neste caso, a análise da estrutura espacial sugeriu a interpretação de algumas mudanças sócio-econômicas que estavam acontecendo, ligadas à passagem do fordismo ao pós-fordismo. Desta forma fui elaborando, juntamente com colegas, uma abordagem que contempla o processo histórico e as relações transescalares, que contribuiu para renovar a geografia na Itália.

MAS) Nesse sentido, do trabalho em grupo e entre grupos, quais foram as situações mais importantes, que mais marcaram sua atuação política como professor e pesquisador?

GD) Esta pergunta é importante, porque envolve uma questão que marcou profundamente nossa geografia. No final de 1968, retornando a Turim de meus estudos em Londres e Paris, comecei a ministrar o curso de geografia econômica na Faculdade de Economia. Estive no exterior por um ano e, quando retornei, muitas 'coisas' tinham

mudado. Os operários (em Turim, havia cerca de 300.000) não se satisfaziam mais com as simples reivindicações salariais. Queriam participar da gestão das fábricas e da cidade. Os estudantes não queriam estudar com manuais tradicionais e organizavam seminários sobre o uso capitalista do território.

Neste ambiente praticamente revolucionário, a teoria de referência era o marxismo, efetivado com várias faces: historicista, estruturalista etc. Autores como H. Lefebvre, D. Harvey e M. Castells (na Itália, F. Indovina, B. Sechi, A. Magnaghi e outros) sugeriam novas interpretações do espaço geográfico como 'território', isto é, como objeto de disputa e dominação (**enjeu**) das relações sociais de produção. Era uma perspectiva fascinante no plano teórico e envolvente no plano prático, em virtude do que se estava produzindo.

Em janeiro de 1970, logo após a morte de Gribaudi, passei a ser o mais velho do grupo de pesquisadores e jovens professores que tinham se formado no Laboratório de Geografia Econômica que ele coordenara até aquele momento. A nossa relação era forte e, juntos, começamos a desenvolver a linha de uma geografia que tinha no centro a análise das relações sociais e se propunha a tratar os problemas da sociedade, estudando o uso e a organização do território.

Ao longo deste **caminho**, encontramos outros companheiros, com os quais constituímos o grupo informal de Geografia Democrática. Esta experiência teve vida curta (entre 1976-81), mas deixou para todos nós e para uma boa parte da geografia italiana uma 'tarefa' mais ou menos direta, com um caráter ideológico. Muitos de nós começaram a aplicar teorias e métodos das ciências sociais de maneira crítica, em pesquisas empíricas de temas como contra-urbanização, metropolização, desenvolvimento endógeno de áreas periféricas, planejamento urbano e territorial, desenvolvimento sustentável etc.

A partir daquele momento, tive claro que o pensamento crítico não pode ser trabalhado sem uma boa discussão, para se entender o que se está fazendo. Por mais capacitado que seja o observador e pesquisador externo, ele poderá descrever somente aquilo que aparece. As 'coisas' são complexas e podem influenciar

naquele que está estudando, sobre suas reflexões e envolvê-lo em atividades futuras.

Como afirmou Simone Weil, é necessário 'pensar com as mãos'. A meu ver, é este tipo de intelectual, que Foucault chama de 'intelectual específico', ao mesmo tempo reflexivo e operativo, que pôde elaborar uma (limitada) teoria da mudança social. Acredito que os ideais ainda presentes de uma geografia democrática, possam reviver num geógrafo específico: crítico, reflexivo, desconstrucionista, mas capaz, também, de construir representações operativas de um futuro desejável; portador de um saber que permite participar ativamente (mesmo como 'técnico') nas transformações do território, através das quais passam as transformações sociais.

A partir dos anos 1980, direcionei minhas pesquisas para o estudo das condições territoriais que influenciam nas mudanças sociais, juntamente com economistas como G. Fuà, sociólogos como A. Bagnasco e urbanistas como L. Mazza, R. Gambino, P. C. Palermo, entre outros. Trabalhando com estes pesquisadores, foi possível desenvolver, juntamente com outros geógrafos (S. Conti, A. Segre, C. Emanuel, E. Dansero, F. Governa, P. Coppola, Viganoni, Vecchio, Bonora, Guarrasi e outros mais jovens), reflexões teóricas e metodológicas sobre como os territórios, em distintas escalas, a partir do local, participam dos processos de desenvolvimento e de transformação da sociedade, da cultura e do ambiente. Mencionei por último o ambiente, não porque seja menos importante, mas porque estamos (estou) redescobrimo sempre seu papel decisivo nas relações econômicas, sociais e de poder.

Nos anos 1970, para se distanciar da geografia tradicional ambientalista e determinista, esquecemos que a geografia, como demonstra a própria palavra (geo-grafia, descrição da Terra), deve se ocupar da Terra como planeta, como biosfera, como espaço de organização da matéria viva, da qual fazemos parte. Hoje devo rever um equívoco meu: aquele de não ter orientado suficientemente a formação dos mais jovens sobre esta temática. Eu tinha uma formação para tal, em virtude de minhas leituras e dos ensinamentos de Gribaudi, que fazia uma geografia qualificada a partir da geografia regional francesa. No entanto, é importante dizer que alguns de meus

colegas, como A. Segre e E. Dansero souberam redescobrir a importância do ambiente, estudando-o juntamente com os atores políticos e sociais.

MAS) Estudando a geografia italiana, entre 1960 e o momento atual, percebi que a "Geografia Democrática" teve centralidade na renovação desta ciência. Quando criaram este grupo? Onde? Por quê?

GD) Veja bem: nos anos 1970, a interpretação neomarxista do território foi nossa teoria de referência, sendo que a prática era efetivada através da colaboração dos '*Consigli di zona*' dos sindicalistas (CGL, CISL e UIL), para a elaboração da plataforma de reivindicações relativas à habitação, transporte e serviços sociais, isto é, ao '**direito à cidade**', usando o título de um livro de H. Lefebvre, publicado naqueles anos. Também trabalhamos muito com nossos estudantes, alguns dos quais, A. Segre e S. Conti, fizeram parte de nosso grupo como pesquisadores e depois como professores.

Na geografia acadêmica daquele momento, ainda muito tradicional e em parte reacionária, a nossa posição foi decisivamente erética. Mas não éramos os únicos a trabalhar contra o movimento maior. Em Milão havia a escola de Lucio Gambi, um grande geógrafo que, no final dos anos 1950, tinha contestado duramente a geografia tradicional, colocando-se em posição historicista radical. Em Gênova, havia Massimo Quaini, autor do livro **Marxismo e Geografia**; em Nápolis, o grupo de P. Coppola; em Bologna, Franco Farinelli; Vincenzo Guarrasi, em Palermo e outros, em torno de 30 no total, com os quais organizamos encontros e seminários em diversas localidades da Itália. Durante os eventos, como mencionei anteriormente, constituímos um grupo informal e aberto, chamado 'Geografia Democrática'. Por iniciativa de M. Quaini e outros, formamos, também, a revista **Hérodote Italia**, que publicava artigos originais e outros traduzidos da revista francesa **Hérodote**, organizada por Y. Lacoste, com quem estávamos sempre em contato.

A experiência da Geografia Democrática foi breve por vários motivos. Antes de mais nada, com os '**anni di piombo**' das Brigadas

Vermelhas, terminava, na Itália, o período 'revolucionário' e das grandes reformas dos anos 1970. Acontecia uma verdadeira perseguição a jovens geógrafos 'democráticos' por geógrafos catedráticos, que eram a maioria. No grupo 'democrático' havia somente dois catedráticos. Eu acredito, também, embora M. Quaini e outros pensem diferente que, diferentemente de outros movimentos 'democráticos' como o da medicina, da geologia, de advogados etc., a nossa experiência durou pouco tempo porque acreditamos demais em nossas abstrações e, quando estivemos conscientes do abismo que separava esta reflexão do movimento das 'coisas', parecia-nos que, imergir neste movimento, significaria perder a identidade que construímos.

Não estou dizendo, com isto, que tudo acabou. Aprendemos que a teoria não é um modelo ideal e abstrato, ao qual o futuro deve se adequar, mas uma construção mental parcial que a evolução da vida falsifica continuamente. Muitos de nós se deram conta que cada teoria é somente uma visão contingente, que não sugere um desenho definido para a sociedade. Oferece, no máximo, uma forma de se trabalhar com histórias e dinâmicas sociais. Compreendemos que a elaboração conceitual tem valor se permite aproveitar os potenciais, de diferentes situações, e de fenômenos emergentes que, no máximo, podemos tentar orientar e, talvez, governar.

Ao mesmo tempo, a nossa experiência foi importante para a constituição de um novo modo de fazer geografia que, antes dos anos 1970, somente Lucio Gambi tinha afirmado com veemência. Um modo que, a partir dos anos 1980 fez parte, bem ou mal, do paradigma oficialmente reconhecido em nossas revistas científicas, nos congressos e nos concursos universitários. É importante dizer, também, que a Geografia Democrática, nos anos sucessivos, fez parte da vida de vários professores catedráticos. Enfim, as idéias elaboradas naqueles anos foram difundidas e contribuíram no processo de renovação cultural da geografia italiana. Foi trabalhoso desconstruir a velha geografia acadêmica, há muitos anos dominante e aprisionando este tipo de iniciativa, especialmente, durante o fascismo, como ensinou muito bem Lucio Gambi, que viveu naqueles anos.

MAS) E atualmente, qual é a importância da geografia e da atuação do geógrafo na Itália?

GD) A geografia, na Itália, atualmente, não é muito considerada. Este é um problema que acontece também em outros países, por vários motivos. Especialmente, hoje, porque é um saber difícil de aplicar. A geografia foi mais importante quando foi útil para transformar e dominar o mundo. Por exemplo, no tempo de Estrabão, como instrumento de domínio imperial ou, no período das grandes explorações e das conquistas coloniais. No século XIX, a transformação do mundo esteve sob responsabilidade das ciências analíticas 'duras', capazes de produzir tecnologia ou, daquelas como a economia neoclássica, que deram uma forma analítico-matemática à ideologia. Este último **caminho** foi seguido, mais tarde e com pouco sucesso, pela geografia teórico-quantitativa dos anos 1950-60.

Quanto à produção de conhecimentos tecnológicos, a geografia não foi importante, porque sempre teve uma estrutura lógica mais conectiva do que analítica. A geografia ajuda mais a refletir do que a agir. Usando uma distinção trabalhada por C. Raffestin, a geografia serve mais para produzir 'informações reguladoras' do que 'informações funcionais'. É um tipo de conhecimento que dificilmente se transforma em valor de mercado. Pelo contrário, pode ser um obstáculo a mercantilização dos conhecimentos e do mundo. As suas principais aplicações estão ligadas à organização do território e da cidade e, por isto, interessa mais ao setor público do que ao privado, mais à gestão dos bens públicos do que para se ganhar dinheiro.

Precisamos reconhecer que, na Itália, a situação é mais grave que em outros países europeus, como a França, o Reino Unido e a Holanda. Discutindo isto com colegas urbanistas na efetivação de pesquisas (projeto **Itaten**) sobre as formas do território italiano, argumentei que é decorrente de um atraso cultural. De fato, desde os anos 1950 (e na Inglaterra isto aconteceu antes), os geógrafos de outros países europeus deram uma contribuição importante no planejamento territorial.

Na Itália, não foi assim. Nos anos 1950-60, tínhamos obras de geografia humana que mostravam o território nacional nos seus

vários aspectos físicos, antrópicos e econômico-políticos. Estes estudos faziam parte de uma tradição acadêmica ainda largamente dominada pelo paradigma ambientalista de derivação positivista, privilegiando os fatos e as relações espaciais mais estáveis, aquelas que podem ser consideradas quase invariantes no breve-médio período. Nesta produção, tiveram um peso importante os aspectos físico-geográficos e os fatos históricos de longa duração, sendo que estes foram, de um certo modo, naturalizados, mostrando configurações e características territoriais como resultado quase que predestinado de um lento processo de diferenciação local e regional.

Naqueles anos, entre os geógrafos, havia pouco interesse pelas mudanças e transformações sociais que estavam acontecendo, o que revelava permanências muito fortes da ideologia da geografia no período fascista: aquela ligada à imagem do território essencialmente rural, formado por mosaicos de pequenas regiões, nas quais, a sociedade local, fortemente enraizada, desenvolvia-se muito lentamente.

Esta compreensão do território nacional não podia satisfazer as exigências dos urbanistas, porque produzia representações muito mais ligadas às diversidades locais e regionais e não dava conta das conexões e interações extra-locais, ignorando praticamente os conceitos de 'organização' do território, as redes etc. Considerava-se a história dos lugares de forma determinista, de contingências específicas e irrepetíveis, o que dificultava a compreensão e o planejamento. Este é o principal motivo das escassas relações de urbanistas (planejamento territorial) com a cultura geográfica acadêmica, na Itália, nos anos 1960. No entanto, a geografia já tinha produzido um conhecimento territorial considerável, apesar das dificuldades de método, por exemplo. Basta lembrar a crítica feita por L. Gambi ao ambientalismo geográfico, em favor de uma geografia crítica ou, os interesses pelo planejamento territorial ocorridos já nos anos 1950 por geógrafos como B. Nice e U. Toschi, até a obra de F. Compagna sobre política urbana, que introduz na cultura italiana o debate que acontecia entre geógrafos e urbanistas franceses.

E é devido à geografia francesa da segunda metade dos anos 1960, que se dá conta do atraso que ocorria na Itália em relação a esta questão. Enquanto isto, na França, obras de estudiosos de fama internacional como P. George, J. Labasse, B. Kayser e J. Tricart, se afirmavam em uma geografia 'ativa' e 'voluntária'; na escola dos *Annales* se desenvolvia uma historiografia da cultura material e do território. Na Itália, estes novos modos de estudar o território eram conhecidos por poucos, em razão da predominância do paradigma ambientalista.

O que quero dizer é que na nascente cultura do 'planejamento territorial', na Itália, havia recursos qualificados elaborados por urbanistas, o que não ocorria no que se refere à dimensão territorial. Ignorava-se largamente as potencialidades 'concretas' que a geografia e a história poderiam gerar. Somente no final dos anos 1980, alguns urbanistas, sociólogos e economistas regionais passaram a trabalhar com a dimensão concreta do território. Nesta tarefa, já participavam (e participam) vários geógrafos em atividades de planejamento, porém, como estudiosos singulares e não como representantes do saber disciplinar. De fato, as posições dominantes neste campo de trabalho, permanecem nas mãos de outros estudiosos, de outras disciplinas, mais setoriais.

Por isto, muitos, hoje, entendem o 'território sem atores' (arquitetos, ecologistas e paisagistas) e os 'atores sem território' (sociólogos, cientistas políticos, economistas). Pessoalmente, tive a oportunidade de fazer muitas experiências interessantes com colaboradores como urbanistas, economistas e sociólogos, estudando a cidade e o território em distintos níveis (do local ao europeu), numa perspectiva de planejamento e de governo de processos territoriais. Esta orientação de trabalho fez-me mudar, em 1985, da Faculdade de Economia da Universidade de Turim para a Faculdade de Arquitetura, do Politécnico de Turim, onde trabalho atualmente.

MAS) Em minha avaliação, os conceitos de território e territorialidade são fundamentais em sua abordagem. Por quê? Podemos dizer que os conceitos de território e territorialidade foram centrais na construção da geografia crítica do pós-1960?

GD) Esta pergunta, eu já respondi, em parte, anteriormente, quando expliquei o que significou, para nós, nos anos 1970, a '**descoberta do território**', ligada às forças sociais que reivindicavam o '**direito à cidade**'. Para ilustrar melhor como esta primeira abordagem ideológica e política nos conduziu a uma reflexão crítica e operativa do território e da territorialidade, posso lembrar algumas reflexões que fiz com colegas urbanistas por ocasião do seminário '**I futuri della città**', no qual, em 1998, reunimos nossas experiências.

A abordagem territorial foi fundamental para superar aquela visão naturalista de fenômenos sociais. H. Lefebvre escrevera que a cidade é resultado da sociedade. No entanto, a meu ver, ocorre também o inverso, isto é, a sociedade é condicionada pelo território. As transformações territoriais urbanas, por exemplo, não são a consequência de mudanças que acontecem separadas do território. Como muitos sociólogos, economistas e outros pesquisadores consideram as formas territoriais restritamente na esfera de suas disciplinas, acabam ocultando o território.

Refazendo outra leitura, que vai de Spinoza a Deleuze, passando por Marx, Merleau Ponty, Foucault e outros, podemos assumir uma posição nos seguintes termos: que nada se pensa, muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através desta que passam, necessariamente, todas as relações sociais e suas representações conceituais.

Nesse sentido, se definimos a territorialidade, juntamente com C. Raffestin e A. Turco, como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social, os geógrafos, urbanistas e arquitetos, que trabalham com a territorialidade, têm um papel estratégico e precisam ter uma compreensão coerente do *real*. Eles contribuem, redescrivendo e projetando os lugares, na mudança da sociedade. Esta concepção de territorialidade vai além daquela de R. Sack; é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de distintos contextos territoriais em processos de desenvolvimento; é uma territorialidade ativa, através da organização política, do planejamento etc.

A prática de geógrafos e urbanistas sempre foi aquela de operar sobre a territorialidade. Nos anos 1970 e 1980, ocorreu uma fase reflexiva que gerou crises no interior de nossa disciplina e resultados não muito visíveis. No entanto, precisamos compreender a territorialidade urbana, por exemplo, no sentido que comentei, sem esquecer que a mediação territorial de relações sociais também é técnica e tecnológica, mesmo quando se fala em relações imateriais.

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos articulados entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. A cidade, por exemplo, como um sistema urbano, constitui um dos níveis territoriais de mediação. É um nível intermediário. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com o ecossistema. O agir social é sempre local e territorial, articulado, em rede, mas significa territorialidade.

Além disso, estas relações dão identidade ao lugar, à cidade. Por isto, os planos e as políticas devem partir de uma geografia que contemple estas relações, ou seja, de uma geografia da territorialidade, em especial, daquela urbana, como **nó e centro** da organização espacial. Esta pode ser uma geografia das possibilidades de desenvolvimento. E eu vejo, nas redes de sujeitos (individuais e coletivos, públicos e privados, locais ou não), um instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade. E governar significa interação com os indivíduos; a elaboração de políticas de rede, a territorialidade ativa, conflituosa e de mudanças sociais.

MAS) Atualmente, como está organizado seu grupo de pesquisas? O que significa o Slot?

GD) Nos últimos anos, juntamente com alguns colegas mais jovens, das Faculdades de Arquitetura, Letras, Economia e Ciência Política, desenvolvi, principalmente, duas linhas de pesquisas: a do desenvolvimento local e a do policentrismo europeu. São duas linhas conexas, porque o território europeu, da União Européia, pode ser

visto e compreendido como uma rede de redes: sistemas locais que se conectam em redes regionais e redes regionais que se articulam a redes policêntricas européias.

Deste modo, o desenvolvimento local não é mais um fenômeno local, mas é uma forma para valorizar as diferentes potencialidades presentes no território da UE, aumentando a coesão e a competitividade no nível internacional. No centro **Eu-Polis**, que constituímos em 1999, junto ao Departamento Interateneo Território do Politécnico e da Universidade de Turim, realizamos estudos nesta perspectiva multiescalar.

Para analisar o nível local em relação às políticas de coesão e de desenvolvimento, aprofundamos, com colegas geógrafos de outras universidades italianas, uma abordagem analítico-operativa, que denominamos de Slot (Sistemas Locais Territoriais). Em inglês, *slot* significa fissura, passagem estreita. No nosso caso, indica a porta estreita do desenvolvimento local. É um modelo que não descreve qualquer 'coisa' que existe e que atua sozinho, mas que está sendo construído a partir do que existe: as ações dos atores e a produção do território.

O Slot se propõe a descrever, em termos gerais, as relações existentes entre interação social, potencialidades do território local, **governance** e desenvolvimento. Nesta proposição, o sistema local é constituído por dois 'conjuntos' de componentes e três sistemas de relações. Os componentes são as **redes locais de sujeitos** e o **milieu territorial local**. As relações são as dos sujeitos locais entre si, as destes sujeitos locais e o milieu territorial e as relações entre os componentes locais e os níveis de escala extra-locais. Todas estas relações são interdependentes entre si. As redes de sujeitos locais concretizam, no seu interior, relações do tipo cooperativo, mercantil, competitivo e conflitual, através das quais é possível projetar e agir coletivamente, em razão dos objetivos de desenvolvimento. Estas relações e atividades têm como objetivo, evidenciar as potencialidades do milieu territorial local.

Ao mesmo tempo, e isto também é importante, a valorização de iniciativas endógenas requer a efetivação de articulações transescalares, com redes extra-locais (regionais, nacionais, européias,

globais) de sujeitos públicos e privados, interessados na promoção destas potencialidades. Como estas relações contemplam a ativação de fluxos de 'entrada' e de 'saída' (de informações, capitais, pessoas, matéria e energia), o Slot permite, também, que se compreenda relações multiescalares do sistema local com os mais vastos processos sociais e, simultaneamente, com o ecossistema do qual faz parte.

Referindo-se a unidades territoriais individualizadas geograficamente (com contornos variados e em rede), o Slot difere conceitualmente da categoria análoga descritiva utilizada em anos anteriores por geógrafos, urbanistas e outros estudiosos, como o **pays** da geografia vidaliana, as regiões homogêneas e funcionais, os sistemas urbanos, os distritos industriais etc. De fato, o Slot não se propõe a explicar um sistema territorial já existente e funcional, como ator coletivo territorial, mas uma série de indícios e pré-condições objetivas e subjetivas que, com estímulos oportunos e ações de **governance**, tornem possível a construção, em um certo lugar, de um processo territorial capaz de contribuir autonomamente no desenvolvimento. Através do Slot, busca-se definir políticas e ações eficazes para o desenvolvimento com justiça social.

Desta forma, com o Slot, indica-se um potencial que se realiza entre certos componentes subjetivos e objetivos, os quais são analisados caso a caso, discutindo-se o planejamento. Porém, e isto precisa ficar claro, a análise através do Slot não gera certezas e definições rigorosas. Indica possíveis articulações no território, de acordo com os indícios verificados e refletidos, que uma **governance** poderá potencializar com vistas ao desenvolvimento territorial de maneira eficaz.

Para isto, é importante ter presente a capacidade autogovernativa dos sujeitos e de suas interações com o 'capital territorial' local. E este pode ser um bom ponto de partida para avaliar a sustentabilidade territorial do desenvolvimento, entendida como a capacidade de reprodução e de valorização das especificidades de cada lugar. A apreensão das relações transescalares também é fundamental, para uma elaboração coerente de planos e políticas que extrapolam o nível do lugar (ou do local), contemplando-se a articulação, em rede,

de territórios. É o que temos feito, resumidamente, no grupo de estudos que trabalha com o Slot.

ARTIGOS